

Reformulação ou fim da Maré Rosa na América do Sul?



Ariane Costa

Pós-graduada em Negócios Internacionais (Ibmec), Graduada em Relações Internacionais (UFF) e ciências sociais (UFRJ) e Assistente de Projetos do Centro Brasileiro de Relações Internacionais.

2015

Reformulação ou fim da Maré Rosa na América do Sul?

Ariane Costa

Pós-graduada em Negócios Internacionais (Ibmec), Graduada em Relações Internacionais (UFF) e ciências sociais (UFRJ) e Assistente de Projetos do Centro Brasileiro de Relações Internacionais.

2015

O autor é responsável pelas opiniões expressas neste documento e elas não refletem as opiniões do CEBRI.

Mais publicações em cebri.org



Maré Rosa é um termo que serviu para designar, no meio acadêmico, a ascensão de partidos enquadrados na denominada esquerda política, por toda a América do Sul, nos anos 2000. O termo explicita a ideia de que essa “esquerda” sofreu reformulações internas, passando da tonalidade vermelha para a rosa, isto é, perdendo parte de seu radicalismo originário na busca pela tomada e manutenção do poder. Esse fenômeno de ascensão de uma nova classe política ao Executivo Federal na maior parte dos países da região rompeu com uma tendência de décadas de governos mais tradicionais de centro e de direita, levando ao que alguns autores, como o acadêmico uruguaio da *London School of Economics* Francisco Panizza, denominaram de “Maré Rosa” (Panizza, 2006). Esse conceito tem como inspiração a chamada Onda Rosa, caracterizada pela ascensão de governos da denominada Terceira Via - especialmente, na Europa dos anos noventa - sucedendo a governos de orientação conservadora, ao mesmo tempo em que buscavam uma reformulação da social-democracia, ajustada ao neoliberalismo. A definição desse novo conceito revela a transformação da esquerda sul-americana, conferindo-lhe um caráter menos radical e, por isso, não podendo ser caracterizado como uma maré vermelha.

No entanto, os últimos anos vêm apontando uma possível mudança conjuntural no espaço geopolítico sul-

americano. De uma forma geral, a América do Sul parece estar sujeita a uma espécie de *spillover* político ou, em outras palavras, um efeito transbordamento de ideias e práticas. Após diversos problemas econômicos - especialmente, fiscais e monetários - ainda agravados pela redução mundial no preço das *commodities* (principal produto na pauta de exportação dessas economias) crescem as insatisfações sociais e políticas, reduzindo o grau de governabilidade de diversos países.

Na Argentina, o descontrole inflacionário e a insolvência fiscal prometem eleições presidenciais com um resultado mais afastado do chamado kirchnerismo. Com a formação histórica de um segundo turno em uma eleição bastante acirrada, o resultado aponta mais para uma derrota eleitoral do governista Daniel Scioli, que não logrou os 45% dos votos necessários, do que uma vitória de alcance do segundo turno com Mauricio Macri. Dentre os dois candidatos, Scioli e Macri, respectivamente, atuais governador e prefeito de Buenos Aires - ambos empresários - o último representa uma agenda mais liberalizante. No entanto, até Scioli, candidato com apoio explícito do governo argentino, tenta se dissociar discretamente do kirchnerismo, montando uma agenda própria e antecipando nomes de eventuais ministros. Seja governo ou oposição, no campo da política externa, a Argentina já aponta - a partir da plataforma política e discursos de ambos os candidatos finalistas - para uma

agenda mais liberalizante, com a reativação de tratados comerciais do Mercosul e reaproximação com o Brasil no âmbito comercial.

A Bolívia, por sua vez, afasta-se cada vez mais do bolivarianismo, adotando práticas macroeconômicas mais ortodoxas - com direito, inclusive, a elogios do Fundo Monetário Internacional -, mas misturadas também com políticas anticíclicas de investimento público. De uma forma ou de outra, os índices bastante positivos de crescimento econômico boliviano, somados à sua recente adesão ao Mercosul como membro pleno em julho desse ano e os últimos discursos do Executivo Federal, parecem demonstrar um incentivo a mais às possibilidades de investimento de capital privado e à liberalização do comércio via integração regional com os países do Cone Sul.

Ao norte, a Venezuela compila crise diplomática com a Colômbia com as suas crises política e econômica internas, resultando na consolidação da decadência do chavismo na figura de Nicolás Maduro. Como resultado, nas próximas eleições legislativas venezuelanas, em dezembro desse ano, formam-se dois cenários: vitória da oposição, com ainda maior dificuldade de governabilidade de Maduro, ou vitória da situação, com aumento da polarização política e dúvidas sobre a legalidade do processo eleitoral. Este último, por si só, já vem sendo alvo de

polêmicas, especialmente, tendo em vista que a OEA requisitou uma observação eleitoral internacional, rejeitada pelo governo de Maduro, e, mais recentemente, a presença do ex-ministro brasileiro Nelson Jobim junto à missão de observação eleitoral na Unasul, também foi vetada. Ademais, juntamente com a Venezuela, o governo de Rafael Correa também tem sofrido diretamente com a queda internacional do preço do petróleo e o aumento do dólar, moeda adotada pelo Equador desde 2000 - uma contradição interna para o denominado “nacionalismo de esquerda” de Correa. Com a economia dolarizada, as exportações equatorianas perdem competitividade, o que dificulta a situação fiscal superavitária, importante para o gasto extra em políticas sociais. Com expectativa de estagnação ou crescimento negativo do PIB para 2015, fica claro que seu modelo de crescimento com base em variáveis externas tornam o Equador vulnerável. Impossibilitado de desvalorizar a sua moeda e dependente da flutuação do preço do barril de petróleo, as margens de manobra para retorno do crescimento equatoriano ficam muito reduzidas.

Está claro, a partir deste brevíssimo panorama, que a América do Sul segue vulnerável, tanto no âmbito econômico quanto no âmbito político, o que independe da vigência de governos de direita ou esquerda, como própria história nos mostra. Em época favorável de *boom*

das *commodities*, os países sul-americanos deveriam ter levado a cabo reformas de estrutura produtiva. Contudo, pouquíssimo foi feito enquanto havia condição fiscal para tal. Como resultado, hoje, frente a um cenário desfavorável, as balanças comerciais desses países são diretamente afetadas.

A questão que se coloca é menos se a crise da esquerda sul-americana é um desvio temporário – como defende o vice-governador boliviano, Álvaro García Linera – ou se é o fim da chamada *Maré Rosa*, e mais a questão de como se chegar a um maior desenvolvimento com redução da desigualdade nesses países, tão vulneráveis a crises econômicas externas e crises políticas internas com democracias ainda pouco maduras.

Resta a esperança de que os governos sul-americanos, sejam eles caracterizados como esquerda ou direita, passem a se preocupar menos com a manutenção no poder e mais com a situação de seus países e populações. Uma saída interessante dessa atual conjuntura seria o investimento em uma integração real, que saia do plano das ideias e dos discursos, harmonizando políticas de crescimento com benefício conjunto. A integração é um imperativo para o fortalecimento das economias regionais e inserção mais sólida no sistema internacional, seja via comércio exterior ou aumento de poder de barganha política e fortalecimento da imagem.

Muitas vezes, tempos de crise são também tempos de oportunidade e de espaço para mudança, mas é necessário saber conquistá-la e agir antes que seja tarde.